



“Redenções”, de Bárbara Daniel, técnica mista – ilustração digital e vetorização, 2023

Mulheres negras e o ativismo 2.0*

Isabela Andrade**

Por diversos motivos, a eleição presidencial de 2018 representou um marco no Brasil, produzindo desdobramentos que, ainda hoje, são apurados e analisados. Tão logo Jair Bolsonaro foi eleito, tornou-se evidente e inegável a importância das mídias digitais e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para fins políticos. Ausentar-se das redes sociais não é uma opção viável para quem busca incidir no debate público, seja para desmentir *fake news*, manter-se em evidência, fazer campanha eleitoral ou transmissão oficial de governo.

A história recente e diversos estudos (ver Baptista *et al.*, 2019; Piaia; Alves, 2020; Reis; Zanetti; Frizzera, 2020) convergem na afirmação de que é a extrema direita que melhor faz uso dos aplicativos de mensagens e de mídias como Facebook, X (antigo Twitter), Instagram, TikTok e Youtube para pautar suas narrativas e angariar apoio e adeptos. No entanto, se retrocedermos para o início dos anos 2010, encontramos um cenário on-line bastante distinto, porque eram sobretudo as feministas que ditavam o tom das discussões nesses espaços – talvez em um momento em que fazer uso da internet para esses ideais era visto mais como um “ativismo de sofá” do que parte de um processo de politização das redes (Paiva, 2023). É nesse sentido que *#Conectadas: feminismo negro nas redes sociais*, livro de Dulci Lima e objeto desta resenha, cumpre um papel importante ao recuperar esse período de atuação feminista e negra nas plataformas digitais. Esse trabalho, que é fruto da tese de doutorado em Ciências Humanas e Sociais da autora, joga luz e confere maior sentido a um fenômeno que hoje soa como algo distante, tendo em vista os acontecimentos que temos vivenciados desde o recrudescimento das forças antidemocráticas e de extrema direita no país.

A obra está dividida em três partes, além da apresentação e das considerações finais: 1) O feminismo negro chega às redes sociais; 2) Feminismo negro nas redes sociais: conceituações, pautas e práticas; e 3) Novas perspectivas para os feminismos negros. A partir dessas vias, a autora percorre o período que ficou conhecido por “Primavera Feminista”, que se expressou nas mídias digitais por meio de campanhas bem-sucedidas em desnudar a violência de gênero, o machismo e o racismo no cotidiano, como *#meuamigosecreto*, *#primeiroassédio*, e *#euempregadadoméstica*¹, que também ocuparam as ruas.

O feminismo, assim, floresceu em diversas ocasiões: ao bradar por direitos sexuais e reprodutivos em oposição ao Projeto de Lei (PL) nº 5069/2013 e seu proponente, Eduardo Cunha, à época deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados²; na primeira Marcha

* Recebido em 12 de janeiro de 2025, aceito em 08 de maio de 2025. Resenha do livro: Lima, Dulci. *#Conectadas: feminismo negro nas redes sociais*. Bauru: Mireveja, 2024. Editoras responsáveis pelo processo de avaliação: Natália Corazza Padovani, Julian Simões, Luciana Camargo Bueno.

** Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil; professora substituta de Sociologia (2025) no Instituto Federal de São Paulo, campus Cubatão; integrante do Núcleo de pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac - Unicamp) e do INCT Participa (Processo: 406630/2022-4, INCT-Participa). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão CNPq, a que agradeço. isabela.aoandrade@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-8591-3674>

¹ As campanhas por meio das hashtags tornaram-se meios de viralizar relatos. Com *#meuamigosecreto*, mulheres expuseram experiências machistas com homens da sua convivência; a *#primeiroassédio* serviu para relatar e denunciar não só o assédio sexual, mas como ele ocorre muito cedo na vida de meninas; e *#euempregadadoméstica* mobilizou o debate acerca da ausência de direitos e do desrespeito que mulheres sofriam e sofrem durante o exercício dessa profissão.

² A apresentação do PL foi uma reação direta à “Lei do Minuto Seguinte”, então recentemente sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. A nova legislação, ao estabelecer um atendimento integral às vítimas de violência sexual, incluía, entre outras medidas, o acesso ao aborto legal. Nesse contexto, Eduardo Cunha buscou dificultar a caracterização da violência sexual, criminalizar a oferta de contraceptivos de emergência — ainda que não se tratasse de medicamentos abortivos —, além de penalizar profissionais de saúde envolvidos no atendimento às vítimas. As

das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, realizada em 2015, que reuniu 100 mil ativistas em Brasília; nas manifestações de secundaristas que ocuparam escolas contra o sucateamento do ensino – e que formaram feministas mais jovens do que previa a literatura especializada sobre ativismo juvenil; quando integrou, em 2017, a “Greve Internacional de Mulheres”, um chamado coordenado transnacionalmente, realizada no 8 de março daquele ano, que além da defesa de direitos, denunciava as desigualdades promovidas pelo neoliberalismo; no aumento de candidaturas e de eleitas entre mulheres negras, indígenas e trans a partir do pleito de 2016; e, por fim, ao formar a maior mobilização de mulheres na história brasileira (#ELENÃO..., [s.d.]) durante as eleições de 2018 com o #EleNão, em um rechaço à candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil.

Além da descrição desses episódios que tiveram forte envolvimento da internet, a autora se dedica a compreender as atrizes envolvidas nesses processos e as ações que elas empreenderam para, então, “identificar permanências e rupturas históricas do movimento feminista de mulheres negras” (p.81). Ou seja, trata-se apenas do que já se conhecia acerca do ativismo das mulheres negras desde a redemocratização sendo, dessa vez, proferido na internet ou haveria novos elementos em cena? Ela vai em busca dessa resposta com a aplicação de um questionário e a realização de dois grupos focais. Metodologicamente, o estudo apresenta limitações, reconhecidas pela pesquisadora, em virtude da estratégia adotada de divulgar o questionário apenas em sua página no Facebook, o que restringe o escopo das respostas coletadas às redes interpessoais e profissionais da autora. Uma amostra mais diversa, nesse sentido, certamente garantiria maior embasamento aos argumentos que ela apresenta e defende ao longo do livro.

A partir do retorno das respondentes e da interação nas discussões presenciais em grupo, foi possível constatar que as diferenças entre as feministas negras que ganharam notoriedade na segunda década dos anos 2000 e aquelas de gerações anteriores residem, sobretudo, nas características que envolvem o perfil das ativistas e os repertórios de ação dos quais fizeram uso. Em linhas gerais, o que desponta é a confluência entre o estágio das TICs naquele momento e a inserção de mulheres negras no ensino universitário via políticas de ação afirmativa e expansão do ensino superior. Ambos os fatores permitiram estabelecer contranarrativas on-line, embora em determinadas partes do texto não fique muito evidente o peso de cada um deles para a ascensão do feminismo negro nas redes sociais. De todo modo, Lima pontua que é “flagrante [...] o processo de reconhecimento de pertença racial tardio desencadeado pelo ambiente acadêmico e também pelas redes sociais a partir do encontro com outras mulheres negras” (p.182).

As mídias digitais, dessa maneira, permitem debates e reivindicações sem mediações, o que resultou em um eco inédito para o feminismo negro. Tais plataformas, porém, não funcionam apenas como ferramentas de veiculação: elas se constituem como parte integrante do próprio processo político, viabilizando ações conectivas e formativas que, em grande medida, forjaram esse novo ciclo do feminismo negro. Definido pelas ativistas como um movimento político e intelectual em razão de seu forte caráter epistemológico, esse ciclo foi marcado por uma profusão de conhecimentos sobre gênero e raça – um verdadeiro letramento – difundidos em blogs, “textões” no Facebook e fóruns compreendidos como produções culturais, além do compartilhamento de materiais em drives e de traduções independentes.

Essa efervescência, inclusive, acendeu um alerta nas editoras brasileiras, que responderam ao crescente interesse pelo tema publicando, a partir de 2016, obras de ativistas e teóricas negras renomadas como Angela Davis, Patricia Hill Collins e Audre Lorde, originalmente escritas entre os anos 1980 e 2000. Somado a isso, é também de grande significância o sucesso do selo Feminismos Plurais desenvolvido pela filósofa e pesquisadora Djamilia Ribeiro que, desde seu lançamento em 2017, conta, até o momento, com 14 títulos e mais de 500 mil exemplares vendidos.

Assim, o conhecimento adquirido na universidade passa a ser compartilhado na internet, que se torna um espaço de troca de vivências, reeditando o famoso mote “o pessoal é político”. Nessa chave se enquadram trocas de experiências feministas acerca do entendimento de se perceberem como mulheres e negras, o que também significa discutir encontros com religiosidade,

manifestações contrárias ao projeto ficaram conhecidas como “Fora Cunha” e tinham como mote: “Pílula fica, Cunha sai”.

exaltação da ancestralidade, transição capilar, episódios de violência, vivências em relações afetivas, dentre outros temas. São manifestações da “escrivivência” à maneira como foi cunhada por Conceição Evaristo (2022)³.

Causa certo desconforto, porém, a menção a “pautas identitárias” (p.65) ou “movimentos sociais de cunho identitário” (p.164) associados ao feminismo negro sem uma apreciação mais crítica a respeito do que isso significa, tendo em vista a “confusão semântica” (Campos, 2023, [s.p]) cada vez mais comum em torno do que se convencionou chamar de “identitarismo”. Tem sido frequente a trivialização de movimentos, em especial o feminismo, negro e LGBTQIA+, cujas demandas não são restritas às questões materiais e que não possuem pretensão de tomar o Estado, mas de influenciá-lo.

Esse comportamento não se circunscreve a um único espectro político. As críticas oriundas da direita tendem a enquadrar as identidades reivindicadas como ameaças à conservação da ordem social, ao mesmo tempo que, de forma explícita ou implícita, reforçam uma identidade supremacista branca, masculina e heterossexual. Em setores específicos da esquerda, por sua vez, observa-se uma leitura que reduz a identidade a um produto do individualismo neoliberal, esvaziando seus significados múltiplos e desconsiderando seu papel constitutivo na conformação de coletividades políticas. Tal interpretação ignora tanto a centralidade das identidades na mobilização dos movimentos sociais, quanto a materialidade das reivindicações formuladas por determinados grupos – a exemplo da luta pelo fim da violência policial e pela dignidade das trabalhadoras domésticas, ambas recorrentes no ativismo de mulheres negras. Essas discussões se conectam, em parte, com a divergência travada no início dos anos 2000 entre Fraser e Honneth em relação ao binômio reconhecimento/redistribuição, também expresso entre as dimensões material e cultural, a qual foi definida como “falsa antítese” por Pinto (2008), principalmente sob a luz da complexa realidade brasileira marcada pela pobreza e desigualdades múltiplas, onde não se pode prescindir de políticas que visem tanto o reconhecimento cultural, quanto a redistribuição econômica.

O reconhecimento, inclusive, pode ser entendido tanto sob a perspectiva de classe quanto sob a perspectiva da identidade. No primeiro caso, aproxima-se da noção marxiana de “tomada de consciência” em relação às dinâmicas de exploração econômica para, então, superá-la. No segundo, trata-se do processo de reconhecer-se no outro, na construção de um sentimento de pertencimento que é condição *sine qua non* para a construção de agendas coletivas de luta. Políticas de cotas raciais e para pessoas com deficiência nas universidades, bem como a reserva de vagas para mulheres na política eleitoral são exemplos que se fundamentam na percepção de injustiça na sociedade, mas também “de autorreconhecimento, de autoestima e de luta pelo reconhecimento do outro” (Pinto, 2008, p.45). De modo mais amplo, se uma pessoa não se entende como cidadã portadora de direitos que a são constantemente negados em uma sociedade capitalista e desigual, não há um horizonte democrático possível, seja para políticas de reconhecimento ou redistributivas. A transformação dessas condições, afinal, “só emerge através da existência de sujeitos subjetificados como injustiçados” (Pinto, 2008, p.38).

E é precisamente nisso que reside uma das grandes contribuições do feminismo negro na atualidade. Ele serve de lastro para essa tomada de consciência como mulheres, negras e feministas e, na medida em que se populariza nas redes sociais pela disseminação do acúmulo teórico já construído e das experiências partilhadas, permite borrar os limites entre o individual e o coletivo: “me tirou da alienação e comecei a perceber como o racismo estrutura a sociedade” (p. 109), nas palavras de uma das respondentes do estudo. O feminismo negro nas redes sociais é descrito, assim, como “portal” (p. 128), lentes para perceber a si mesma e o mundo ao redor. As interlocutoras da pesquisa elegem como principal preocupação a violência em um sentido amplo, que inclui o genocídio da juventude negra, o enfrentamento das desigualdades sociais na saúde, na educação e no mercado de trabalho, o reconhecimento da produção acadêmica e

³ Em um evento em 2022, Evaristo pontua que “A escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade.”. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo> - acesso em janeiro de 2025.

científica das mulheres negras e o estreitamento com questões referentes à sexualidade e identidade de gênero – temas que são visibilizados e viabilizados pela interseccionalidade.

Transitar pelos interstícios das identidades hegemônicas e fazer-se ouvir constitui um grande desafio, razão pela qual se torna recorrente a denúncia, dirigida a setores progressistas, da falta de sensibilidade às especificidades que conformam as experiências das mulheres negras. No interior das trocas e reflexões produzidas pelo feminismo negro, é comum o aparecimento de sentimentos de angústia, algo sintetizado por Vilma Piedade (2018) no conceito de “dororidade⁴”. Tais “narrativas de sofrimento”, contudo, têm sido alvo de críticas por parte de algumas ativistas, que as consideram estratégias limitadas em que pese a potência política e intelectual do pensamento feminista negro e das próprias mulheres negras, além de dificultarem, em certa medida, a construção de redes de solidariedade.

Outros tensionamentos também se mostraram presentes no livro, como é o caso dos conflitos geracionais, comuns aos ativismos feministas contemporâneos (Alvarez, 2016) de modo geral, que vão de encontro justamente com o que está no âmago do ativismo 2.0 de mulheres negras: o uso das mídias digitais, a valorização do conhecimento acadêmico e a independência face às instituições tradicionais como partidos e sindicatos – este último também característico ao ativismo jovem de forma mais ampla. Além disso, há a ameaça concreta da apropriação mercadológica que promove a banalização das reivindicações do movimento, transformando-as em “nichos” que atendem aos anseios das plataformas digitais alimentadas por algoritmos e controladas por grandes corporações da área tecnológica.

O que antes pareciam ser “grandes conversas” formadas por um público on-line subalternizado, como era o caso da comunidade das Blogueiras Negras que reunia no Facebook 400 mil pessoas e interações múltiplas, hoje pouco resiste à lógica dos algoritmos. Atualmente, o maior alcance se dá a partir de postagens patrocinadas e mediadas não pelo entrosamento de, mas pelo alcance de pessoas mais orientadas por uma ótica individual de empoderamento, ou “influencers” que criam conteúdo e que necessitam do *engajamento*.

Nessa dinâmica, há um espaço diminuto para quem gostaria de propor pontos de vista mais críticos. Grande parte das mulheres negras que buscam projeção on-line são aquelas que muito provavelmente tiveram contato com alguns aspectos, ou mesmo determinados léxicos, do feminismo negro e deles fazem uso para falar de temas como estilo de vida e afroempreendedorismo, sem que haja uma elaboração coletiva disso. A autora identifica, assim, que, ainda que haja permeabilidade entre os grupos, o feminismo negro desenvolvido nas e pelas redes sociais hoje se divide, pelo menos, em dois: o feminismo negro liberal ou de consumo e o feminismo negro colaborativo, que faz uso das plataformas para produção e difusão do conhecimento.

É evidente que houve e há refluxos: não somente Bolsonaro foi eleito apesar da primavera feminista nas ruas e redes como, na medida em que as mídias digitais se tornaram campo de disputa, mulheres negras foram sendo expostas a uma nova face da violência, dessa vez on-line e em forma de ameaças, assédios, perseguição e exposição de dados pessoais. É também um fato que, ainda que haja iniciativas importantes para a democratização do uso das ferramentas tecnológicas, há ainda muita desigualdade em termos de acesso às redes, o que faz com que a autora veja a internet como “um espaço ambíguo” (p. 74).

A centralidade adquirida pelos espaços digitais torna cada vez mais obsoleta a distinção entre uma suposta realidade on-line e off-line, de modo que estar conectado passa a integrar um mesmo *continuum*. No entanto, medidas de contenção da violência, de responsabilização e de transparência configuram, hoje, um complexo conjunto de impasses que não parecem estarem próximos de uma resolução⁵. Os efeitos colaterais da exposição intensa, isto é, a reação hostil de grupos opositores, contam com poucas estratégias efetivas de enfrentamento e mitigação, o que colide frontalmente com a noção de comunicação como um direito humano, conforme

⁴ A dor em virtude do racismo e do machismo que une mulheres negras.

⁵ Isso se torna especialmente relevante no momento da escrita desta resenha, quando o responsável pelo grupo Meta, Mark Zuckerberg, anunciou que não haverá mais nenhum mecanismo de checagem de postagens nas redes sociais de seu empreendimento.

estabelecido na Conferência de Pequim (1995). É também um desafio se adequar às diversas mudanças na lógica das plataformas, que cada vez mais condicionam o alcance de postagens à monetização, o que coloca movimentos sociais de esquerda, para os quais é difícil obter financiamento, em franca desvantagem.

A partir do material coletado, a autora compreende que o novo cenário marcado pelo uso massivo das mídias digitais e pelas políticas de inclusão social implementadas nos últimos anos abriu novas perspectivas para as mulheres negras e contribuiu decisivamente para a ascensão do feminismo negro nas redes sociais. Tal processo, entretanto, coexiste com a persistência estrutural das desigualdades de gênero, raça e classe, que continuam a posicionar essas mesmas mulheres na base da pirâmide social. Essas desigualdades se manifestam no contexto do neoliberalismo, cuja lógica de desregulamentação econômica corrói direitos sociais e amplia a vulnerabilidade de amplos segmentos da população, ao mesmo tempo que se articula à violência policial e ao encarceramento em massa da população negra. Em outras palavras, é possível avançar em determinados direitos, sem que haja necessariamente uma mudança na distribuição histórica do poder. Essa constatação é mérito da pesquisadora e das ideias que articula, e não implica em um esvaziamento do fenômeno estudado⁶. Com o livro, acompanhamos as características e as condições de emergência do ativismo on-line de mulheres negras, e entendemos melhor o que esse movimento construiu até aqui e os desafios que estão por vir.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 43, p. 13–56, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/864507> Acesso em: 15 nov. 2017.
- BAPTISTA, Erica Anita; ROSSINI, Patrícia; OLIVEIRA, Vanessa Veiga de; STROMER-GALLEY, Jennifer. A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook. *Lumina*, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 29–46, 30 dez. 2019. ISSN 1981-4070. DOI <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2019.v13.28667>
- #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC News Brasil, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 23 set. 2024.
- HERMÍNIO, Beatriz. A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. [S. l.], s. n., 2022. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo> Acesso em: 12 jan. 2025.
- O Fim do identitarismo. *Nexo Jornal*. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/o-fim-do-identitarismo>. Acesso em: 9 jan. 2025.
- PAIVA, Fernanda Polidoro. "Tornar-se feminista; encontrar as palavras" e as redes: estratégias de construção do campo discursivo feminista nas arenas digitais. [S. l.], [s.n.], 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1346313>. Acesso em: 11 set. 2024.
- PIAIA, Victor; ALVES, Marcelo. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, [s. l.], v. 43, p. 135–154, 4 dez. 2020. ISSN 1809-5844, 1980-3508. DOI <https://doi.org/10.1590/1809-5844202037>
- PIEPADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2018.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [s. l.], p. 35–58, 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000200003>.
- REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. A conveniência dos algoritmos: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018. *Compólitica*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 35–58, 29 maio 2020. ISSN 2236-4781. DOI <https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.1.333>

⁶ Uma abordagem similar e aprofundada pode ser vista em Tatagiba e Biroli (2025).

TATAGIBA, Luciana; BIROLI, Flávia. Críticas feministas à democracia no Brasil: análises da crise e dos limites da normalidade. *Estudos Avançados (Online)*, v. 39, p. 1-24, 2025. DOI <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202539113.006>